



MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

---

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2022/PMNSS/NS SOCORRO**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE, através de sua Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ, juntamente com a **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, inscrita no CNPJ/MF nº 03.598.106/0001-27, **Secretaria Municipal da Assistência Social**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-49, **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento**, através do **FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.113.056/0001-3, por sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 461 de 01 de junho de 2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRONICA 40/2022/PMNSS/NS SOCORRO**, do **TIPO MENOR PREÇO, consideração a maior oferta**, objetivando a **Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões dos servidores e outros serviços desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I – Projeto Básico**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs 509/2007, 17.350/2018 e 19.768/2020 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**1.1.** O certame será realizado através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), nas datas e horários indicados a seguir:

**Abertura das propostas:** às 08h:30min do dia **30/11/2022** (trinta de novembro de dois mil e vinte dois) - horário de Brasília;

**Início da sessão de disputa de preços:** às 09h:00min do dia **30/11/2022** (trinta de novembro de dois mil e vinte dois) - horário de Brasília;

**2. DO OBJETO**

**2.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões dos servidores e outros serviços desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I – Projeto Básico**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2.** Como critério de aceitabilidade de preços, somente serão classificadas as propostas de valor igual ou superior a **R\$ 4.636.548,33 (Quatro milhões Seiscentos e trinta e seis mil e quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)**, que constitui valor mínimo a ser repassado pela CONTRATADA para o Município, a título de pagamento do objeto desta licitação.



### **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** Não haverá despesas decorrentes do objeto desta licitação, não havendo, conseqüentemente, necessidade de dotação orçamentária.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>;

**4.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**4.4.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**4.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

**5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**5.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**5.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**5.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**5.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**5.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**5.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**5.3.5.** Que estejam sob falência concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**5.3.6.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**5.3.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes deverão enviar/anexar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, carta proposta (**conforme Modelo - anexo V do edital**) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessas documentações.

**6.1.1.** A documentação de habilitação **preferencialmente** deverá ser apresentada, sob a forma de autenticação digital, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

**6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**6.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**6.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **7.DO PREENCHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA**

**7.1.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**7.1.1.** A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

**7.2.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**7.3.** O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

**7.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

**7.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

**7.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.6.1.** As propostas omissas serão reputadas válidas pelo prazo indicado neste subitem;



**7.7.** O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações online**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

**7.7.1.** Declaração para os devidos fins legais que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

**7.7.2.** Declaração para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente de obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**7.7.3.** Declaração para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**7.7.4.** Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

**7.7.5.** devidos fins legais Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que para os, sem prejuízos das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

**7.7.5.1.** A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

**7.8.** **As declarações exigidas neste edital, além de assinaladas no sistema, deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e com os documentos de habilitação, conforme modelos Anexos II, III e IV.**

**7.9.** Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no **item 20** deste Edital.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

**8.2.** A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

**8.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

**8.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.9.** O lance deverá ser ofertado pelo **TIPO MENOR PREÇO, considerando a maior oferta.**



- 8.10.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.11.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.12.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **10,00 (dez reais)**.
- 8.13.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.14.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.15.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.16.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.17.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do percentual registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.20.** No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.22.** O Critério de julgamento adotado será o **TIPO MENOR PREÇO, considerando a maior oferta**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.23.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.24.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 8.25.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.26.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



**8.27.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.28.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.29.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda a primeira hipótese.

**8.30.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**8.31.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**8.31.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, quando o licitante terá o prazo de **30 (trinta) minutos para aceitação**, podendo ser acompanhado pelos demais licitantes.

**8.32.** Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8.33.** A Pregoeira quando necessário convocará o licitante no chat, para assumir o 2º ou demais colocados, ou negociar redução de valor, o mesmo terá o prazo de **30 (trinta) minutos** para responder no chat.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 19.768/2019.

**9.2.** Será **DECLASSIFICADA** a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final inferior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**9.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**9.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;



**9.6.** A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.7.** É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos serviços ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.9.1.** A pregoeira convocará **no chat** o próximo classificado, o qual deverá responder no prazo de **30 (trinta) minutos**, quanto a sua aceitação.

**9.10.** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.11.** A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**9.11.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**c)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**10.1.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**10.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**10.1.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.1.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.1.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**10.1.3.** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.1.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.1.5.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**10.1.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02(duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**10.1.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.1.8.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.1.9.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## **10.2. Habilitação jurídica:**

**10.2.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.2.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**10.2.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**10.2.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**10.2.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**10.2.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**10.2.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.3. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**10.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CGC ou CNPJ), conforme o caso (art. 29, I da Lei nº. 8.666/93);

**10.3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 29, II da Lei nº. 8.666/93);

**10.3.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas (art. 29, III da Lei nº. 8.666/93):

**10.3.3.1.** Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: **Federal**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pela Secretaria da Receita Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº.3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº. 1, de 19/05/2006; **Estadual**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante; e **Municipal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

**10.3.4.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (art. 29, IV da Lei nº. 8.666/93);

**10.3.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.” (NR).

**10.3.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.3.7.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **10.4. Qualificação Econômico-Financeira.**

**10.4.1.** O requisito para a habilitação da instituição financeira é a solidez financeira e patrimonial, comprovada mediante a apresentação do último balanço e demonstrações financeiras exigidas pela legislação de regência e do qual se possam extrair índices que comprovem a sua boa situação financeira, no caso os índices utilizados para medir a solvência bancária, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;

**10.4.2.** Análise de desempenho conforme os mecanismos adotados no Acordo de Basiléia e seus adendos, obedecidas às normativas do Banco Central do Brasil.

### **10.5. Qualificação Técnica:**

**10.5.1.** Declaração da Licitante indicando os profissionais, em número mínimo de 02 (dois), que irão compor sua equipe técnica, responsável pela intermediação com os técnicos do Município, sendo que entre os profissionais que irão compor essa equipe técnica, no mínimo, um deverá atuar na agência bancária que funciona ou que será instalada na sede do Município.

**10.5.2.** Declaração da licitante, se comprometendo a funcionar Agência Bancária na sede do Município, durante toda vigência contratual, considerando-se os prazos previstos para sua instalação, no caso de não haver.



### **10.6. Das Declarações:**

**10.6.1.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias – **Modelo Anexo II;**

**10.6.2.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores **Modelo Anexo III;**

**10.6.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição – Modelo Anexo IV;**

**10.6.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

### **10.7. Da comprovação da condição de ME/EPP:**

**10.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, que fizerem uso da prerrogativa constante da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante Certidão expedida pela respectiva Junta Comercial, na forma do artigo 3º da Instrução Normativa nº 36, de 02 de março de 2017, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, emitida no ano vigente.**

**10.7.1.1.** A indicação do campo "sim" no sistema para o uso da prerrogativa de ME/EPP não produzirá efeito se não acompanhado da Certidão exigida no item 10.7.1.

### **10.8. Demais Disposições:**

**10.8.1.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**10.8.2.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.8.3.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.8.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.8.5.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA (ADEQUADA)**

**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

**11.2.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**11.3.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.4.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**11.4.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico, vinculam a Contratada.

**11.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**11.6.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**11.7.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**11.8.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**11.9.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, registrar no sistema eletrônico sua intenção de recorrer, **em até 30 (trinta) minutos**, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar os memoriais dos recursos.

**12.2.** Manifestada a intenção de interpor recurso por qualquer dos licitantes, ficarão os demais desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo **03 (três) dias**, contado a partir do término do prazo dorecorrente.

**12.3.** Não serão recebidos recursos imotivados ou insubsistentes.

**12.4.** A falta de manifestação do licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

**12.5.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.6.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**12.7.** Os memoriais dos recursos e das contrarrazões **deverão ser encaminhadas preferencialmente para o e-mail: [licitacao.eleto@gmail.com](mailto:licitacao.eleto@gmail.com).**

**12.7.1.** Facultativamente, os documentos poderão ser dirigidos a Pregoeira responsável por esta licitação, mediante registro no Setor de Protocolo e Autuação, situado na Rua Antonio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000.

## **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



**13.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**13.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na documentação apresentada pelo licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados atualizados.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **16. DO TERMO DE CONTRATO E VIGÊNCIA**

**16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**16.3.** O Aceite do contrato firmado com, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**16.3.1.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**16.3.2.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**16.4.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**16.5.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**16.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 50 do Decreto Municipal nº 19.768/2020.

**16.7.** O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.



**§1º** - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do fornecimento.

**§2º** - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

**16.8.** O prazo de vigência contratual dar-se-á da data de sua assinatura até 60(sessenta) meses, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por mais 12 (doze) meses.

**16.9.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços

**16.10.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação e, no caso de Sistema de Registro de Preços, observado o cadastro reserva, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções, (art. 49 do Decreto Municipal 19.768).

## **17. DA IMPLANTAÇÃO DO PAB (POSTO ATENDIMENTO BANCÁRIO), AGÊNCIA BANCÁRIA E AUTOATENDIMENTO:**

**17.1.** Após assinatura do contrato será emitida a Ordem de Serviços pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo de 30(trinta) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviços para fazer a instalação de 01 (um) PAB (Posto de Atendimento Bancário) e, no mínimo, 02 (dois) Terminais de Autoatendimento aptos a realizar todas as operações bancárias tais como saques, pagamentos, dentre outros, no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado a Rua Antônio Valadão, S/N, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE.

**17.2.** A CONTRATADA deverá manter funcionários suficientes para atender a demanda dos servidores, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.

**17.3.** A vencedora deverá manter em funcionamento, em até 60 (sessenta) dias contados da Ordem de Serviços, no mínimo 01 (uma) Agência bancária com estrutura compatível às demandas dos serviços, na área comercial do Conjunto João Alves Filho, localizado no Município de Nossa Senhora do Socorro. A área para instalação da Agência será de responsabilidade da vencedora.

**17.4.** Para a implantação do PAB, da Agência Bancária e dos Terminais de autoatendimento deverão ser observadas as normas de acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais.

**17.5.** Para possibilitar a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, a CONTRATADA receberá do Município, mediante permissão não onerosa de espaço público, para instalação do PAB (Posto de Atendimento Bancário), uma área localizada no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado a Rua Antônio Valadão, S/N, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE.

## **18. DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

**18.1.** Os preços dos serviços, objeto do Contrato, serão irreajustáveis

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **19.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**19.1.1.** Definir conjuntamente com a CONTRATANTE o horário de funcionamento do PAB instalado no Centro Administrativo de acordo com as necessidades do Município.

**19.1.2.** Abrir e manter, sem ônus para a CONTRATANTE, a denominada conta salário para os servidores ativos, do Município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário), para efeito de recepção de depósito de salários, subsídios e valores dos



créditos informados pela CONTRATANTE em relatórios de folha de pagamento, sendo facultado, a critério do servidor, a conversão da conta salário em conta corrente.

**19.1.3.** Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em conformidade com as informações repassadas pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.

**19.1.4.** Instalar o PAB e os terminais de autoatendimento em até o 30 (trinta) dias e a Agência Bancária de que trata o Item 6.3 deste Projeto Básico, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura da Ordem de Execução de Serviços;

**19.1.5.** Isentar de cobrança de tarifas bancárias todas as contas mantidas pelo Município, seus órgãos, fundos e convênios, bem como as suas movimentações, durante a vigência do contrato, inclusive sobre ordens de pagamento avulsas e demais movimentações pertinentes a folha de pagamento.

**19.1.6.** A instituição financeira CONTRATADA deve assegurar a faculdade de transferência (PORTABILIDADE), com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas, em conformidade com o artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central;

**19.1.7.** Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como às normas e legislações alusivas às Instituições Financeiras, além de atender à Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente;

**19.1.8.** A instituição financeira deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, sendo que no caso de incompatibilidade, todas as despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da CONTRATADA;

**19.1.9.** A instituição bancária deve se aprimorar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos servidores municipais e manter uma assessoria especializada em análises confiáveis de seus investimentos e taxas de retorno compatíveis do mercado;

**19.1.10.** Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

**19.1.11.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**19.1.12.** Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;

**19.1.13.** Manter em pleno funcionamento todos os equipamentos sob a sua responsabilidade, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, demissão ou qualquer outro motivo;

**19.1.14.** Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com a atividade explorada;

**19.1.15.** Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição;

**19.1.16.** Manter vigilância armada durante o horário de funcionamento do expediente bancário, sem custos ao Município;

**19.1.17.** Os serviços de limpeza do PAB são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

**19.1.18.** Deverá ser oferecidas aos servidores municipais, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Administração, cestas de serviços gratuitas e/ou onerosas para opção dos mesmos.

**19.1.19.** Para os servidores que receberão sua remuneração em conta exclusivamente salários, não será cobrada tarifa dos serviços.

**19.1.20.** Realizar com recursos próprios todas as obrigações relacionadas com o objeto do contrato, de acordo com as especificações determinadas neste documento e previstas no Edital e seus anexos.

**19.1.21.** Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.



**19.1.22.** Manter, durante todo o período da execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **19.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**19.2.1.** Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus servidores ativos na instituição financeira CONTRATADA;

**19.2.2.** Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários, por ocasião da solicitação de empréstimos;

**19.2.3.** Enviar mensalmente por meio eletrônico, com 01 (um) dia de antecedência da efetivação do crédito na conta dos servidores, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos e as transferências nas contas indicadas;

**19.2.4.** A Secretaria Municipal da Fazenda do Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com antecedência mínima de 01 (um) dia.

**19.2.5.** Transferir para conta corrente indicada pela instituição financeira CONTRATADA, no mês seguinte ao da assinatura do contrato, todos os recursos financeiros e administrativos necessários para que seja efetuada a folha de pagamento dos servidores;

**19.2.6.** Disponibilizar espaço físico, para a CONTRATADA instalar um posto de serviço e no mínimo 02 (dois) terminais para atendimento eletrônico nas dependências do Centro Administrativo, mediante permissão de uso, sem qualquer ônus (relativo à utilização do espaço em si) para a CONTRATADA;

**19.2.7.** Disponibilizar a pirâmide salarial dos servidores;

**19.2.8.** Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda a sua extensão.

**19.2.9.** Definir conjuntamente com a CONTRATADA o horário de funcionamento do Posto de Atendimento instalado no Centro Administrativo de acordo com as necessidades do Município.

## **1. DO PAGAMENTO**

**20.1.** A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura do contrato, em parcela única, mediante ordem bancária creditada em conta do Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, a ser indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**20.2.** O valor ofertado deverá ser líquido, não cabendo a CONTRATADA a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**21.1.** Ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal 17.350/2018, e art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Decreto;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o



contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem ser aplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

**21.2.** A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

II - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

III - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.

**21.3.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:

I - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

II - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**§ 1º** - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.

**§ 2º** - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

**§ 3º** - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.

**§ 4º** - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

**21.4.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**21.5.** Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**21.6.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**21.7.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal



resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**21.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**21.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**21.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**22.1.** Até **03 (três) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**22.1.1.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao.eletr@gmail.com](mailto:licitacao.eletr@gmail.com) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Antônio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000.

**22.2.** Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias** úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**22.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**22.4.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até **03 (três) dias** úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**22.5.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**22.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.6.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

**22.6.2.** As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) para conhecimento dos interessados.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

**23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.socorro.se.gov.br](http://www.socorro.se.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Antônio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**23.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**23.12.1. ANEXO I** – Projeto Básico

**23.12.2. ANEXO II** - Modelo De Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação.

**23.12.3. ANEXO III** - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

**23.12.4. ANEXO IV** - Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores.

**23.12.5. ANEXO V** - Modelo da Proposta Comercial

**23.12.6. ANEXO VI** – Minuta do Contrato

Nossa Senhora do Socorro/SE, 14 de novembro de 2022.

**Alba Maria Leite Meneses**  
Pregoeira/PMNSS



## **ANEXO I**

### **PROJETO BÁSICO**

**APROVO** nos termos do inciso I, §2º, do art. 7º da  
Lei Federal nº 8.666/93.

**INALDO LUÍS DA SILVA**  
Prefeito Municipal

#### **1. DO OBJETO:**

- 1.1. Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões dos servidores e outros serviços desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes neste Projeto Básico, compreendendo:
  - 1.1.1. O pagamento dos servidores municipais ativos (estatutários efetivos e comissionados, celetistas, contratados e estagiários), da administração direta e indireta do Poder Executivo;
  - 1.1.2. Concessão de empréstimo aos servidores municipais, mediante consignação em folha de pagamento ou outras modalidades e serviços, desde que se respeitando a margem permitida ao endividamento mensal do mesmo;
  - 1.1.3. Centralização do pagamento de fornecedores e prestadores de serviço ao Município;
- 1.2. Será assegurado a todos os servidores e funcionários da Administração Pública Municipal, ativos, o direito de transferir os valores depositados em conta salário para outra conta de instituição bancária diferente e da qual os mesmos sejam titulares, sem custos, nos termos da Resolução nº 3.402/2006 do Banco Central.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA:**



- 
- 2.1. Contratar, por meio de regular procedimento licitatório, a prestação de serviços de centralização e processamento de folha de pagamento de todos os servidores e funcionários da Administração Pública direta, indireta e autárquica Municipal, ativos, e ocupar, através de permissão não onerosa de espaço público, para instalação do PAB (Posto de Atendimento Bancário), numa área localizada no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado a Rua Antônio Valadão, S/N, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE, e de, no mínimo, dois terminais Eletrônicos.

### **3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

#### **3.1. Em caráter de exclusividade:**

- 3.1.1. Centralização e processamento de créditos da folha de pagamento gerada pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, a serem creditados em conta de titularidade de seus servidores, no banco contratado.
- 3.1.2. O Município de Nossa Senhora do Socorro/SE permitirá a instalação nas dependências da Prefeitura Municipal, de um PAB (Posto de Atendimento Bancário) e de dois Terminais Eletrônicos da Instituição Financeira CONTRATADA. Toda a estrutura e montagem destinada à instalação do PAB e autoatendimento eletrônico correrão por conta da instituição financeira que não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviços.
- 3.1.3. A centralização do pagamento de fornecedores e prestadores de serviço ao Município.

#### **3.2. SEM caráter de exclusividade:**

- 3.2.1. Concessão de empréstimo aos servidores municipais, mediante consignação em folha de pagamento ou outras modalidades e serviços, desde que se respeitando a margem permitida ao endividamento mensal do mesmo.
- 3.2.2. Arrecadação de impostos e taxas municipais, dívida ativa e demais receitas municipais, conjuntamente com a rede credenciada.

### **4. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA:**

- 4.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério da **MAIOR OFERTA DE PREÇO**, referente aos serviços de processamento e gerenciamento



da Folha de Pagamento, pelo período de 60 (sessenta) meses, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade.

#### 4.2. PIRÂMIDE SALARIAL:

<b>DEMONSTRATIVO - SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTARQUICA – PODER EXECUTIVO</b>					
<b>RENDA MENSAL</b>	<b>EFETIVOS</b>	<b>COMISSIONADOS/ TEMPORARIOS</b>	<b>ESTAGIARIOS</b>	<b>APOSENTADOS/ PENSIONISTAS</b>	<b>TOTAL</b>
Até R\$ 2.000,00	201	445	1019	4	1669
Entre R\$ 2.000,01 a R\$ 4.000,00	548	677	-	-	1225
Entre R\$ 4.000,01 a R\$ 7.000,00	786	195	-	-	981
Entre R\$ 7.000,01 a R\$ 10.000,00	150	24	-	-	174
Acima de R\$ 10.000,00	387	80	-	-	467
<b>QUANTITATIVO TOTAL</b>	<b>2072</b>	<b>1421</b>	<b>1019</b>	<b>4</b>	<b>4516</b>
<b>Valor BRUTO Mensal</b>	<b>R\$ 14.205.782,43</b>	<b>R\$ 5.318.269,57</b>	<b>R\$ 1.202.142,40</b>	<b>R\$ 4.467,47</b>	<b>R\$ 20.730.661,87</b>
<b>Valor LIQUIDO Mensal</b>	<b>R\$ 10.024.975,04</b>	<b>R\$ 4.476.639,61</b>	<b>R\$ 1.199.953,30</b>	<b>R\$ 3.385,92</b>	<b>R\$ 15.704.953,87</b>

\*Fonte: Folha de Pagamento Líquida do mês de outubro de 2022, Arquivo da SEMAD.

#### 5. DO VALOR, FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

- 5.1. Como critério de aceitabilidade de preços, somente serão classificadas as propostas de valor igual ou superior a **R\$ 4.636.548,33 (Quatro milhões Seiscentos e trinta e seis mil e quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)**, que constitui valor mínimo a ser repassado pela CONTRATADA para o Município, a título de pagamento do objeto desta licitação.
- 5.2. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura do contrato, em parcela única, mediante ordem bancária creditada em conta do Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, a ser indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- 5.3. O valor ofertado deverá ser líquido, não cabendo a CONTRATADA a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

#### 6. DA IMPLANTAÇÃO DO PAB (POSTO ATENDIMENTO BANCÁRIO), AGÊNCIA BANCÁRIA E AUTOATENDIMENTO:

- 6.1. A licitante vencedora deverá instalar 01 (um) PAB (Posto de Atendimento Bancário) e, no mínimo, 02 (dois) Terminais de Autoatendimento aptos a realizar



---

todas as operações bancárias tais como saques, pagamentos, dentre outros, no Centro Administrativo José do Prado Franco. A instalação do PAB não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviços.

- 6.2. A CONTRATADA deverá manter funcionários suficientes para atender a demanda dos servidores, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.
- 6.3. A vencedora deverá manter em funcionamento, em até 60 (sessenta) dias contados da Ordem de Serviços, no mínimo 01 (uma) Agência bancária com estrutura compatível às demandas dos serviços, na área comercial do Conjunto João Alves Filho, localizado no Município de Nossa Senhora do Socorro. A área para instalação da Agência será de responsabilidade da vencedora.
- 6.4. Para a implantação do PAB, da Agência Bancária e dos Terminais de autoatendimento deverão ser observadas as normas de acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais.
- 6.5. Para possibilitar a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, a CONTRATADA receberá do Município, mediante permissão não onerosa de espaço público, para instalação do PAB (Posto de Atendimento Bancário), uma área localizada no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado a Rua Antônio Valadão, S/N, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 7.1. Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus servidores ativos na instituição financeira CONTRATADA;
- 7.2. Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários, por ocasião da solicitação de empréstimos;
- 7.3. Enviar mensalmente por meio eletrônico, com 01 (um) dia de antecedência da efetivação do crédito na conta dos servidores, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos e as transferências nas contas indicadas;
- 7.4. A Secretaria Municipal da Fazenda do Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com antecedência mínima de 01 (um) dia.
- 7.5. Transferir para conta corrente indicada pela instituição financeira CONTRATADA, no mês seguinte ao da assinatura do contrato, todos os recursos financeiros e



---

administrativos necessários para que seja efetuada a folha de pagamento dos servidores;

- 7.6. Disponibilizar espaço físico, para a CONTRATADA instalar um posto de serviço e no mínimo 02 (dois) terminais para atendimento eletrônico nas dependências do Centro Administrativo, mediante permissão de uso, sem qualquer ônus (relativo à utilização do espaço em si) para a CONTRATADA;
- 7.7. Disponibilizar a pirâmide salarial dos servidores;
- 7.8. Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda a sua extensão.
- 7.9. Definir conjuntamente com a CONTRATADA o horário de funcionamento do Posto de Atendimento instalado no Centro Administrativo de acordo com as necessidades do Município.

#### **8. DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DA CONTRATADA**

- 8.1. Definir conjuntamente com a CONTRATANTE o horário de funcionamento do PAB instalado no Centro Administrativo de acordo com as necessidades do Município.
- 8.2. Abrir e manter, sem ônus para a CONTRATANTE, a denominada conta salário para os servidores ativos, do Município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário), para efeito de recepção de depósito de salários, subsídios e valores dos créditos informados pela CONTRATANTE em relatórios de folha de pagamento, sendo facultado, a critério do servidor, a conversão da conta salário em conta corrente.
- 8.3. Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em conformidade com as informações repassadas pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.
- 8.4. Instalar o PAB e os terminais de autoatendimento em até o 30 (trinta) dias e a Agência Bancária de que trata o Item 6.3 deste Projeto Básico, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura da Ordem de Execução de Serviços;
- 8.5. Isentar de cobrança de tarifas bancárias todas as contas mantidas pelo Município, seus órgãos, fundos e convênios, bem como as suas movimentações, durante a vigência do contrato, inclusive sobre ordens de pagamento avulsas e demais movimentações pertinentes a folha de pagamento.



- 
- 8.6. A instituição financeira CONTRATADA deve assegurar a faculdade de transferência (PORTABILIDADE), com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas, em conformidade com o artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central;
  - 8.7. Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como às normas e legislações alusivas às Instituições Financeiras, além de atender à Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente;
  - 8.8. A instituição financeira deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on-line*, sendo que no caso de incompatibilidade, todas as despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da CONTRATADA;
  - 8.9. A instituição bancária deve se aprimorar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos servidores municipais e manter uma assessoria especializada em análises confiáveis de seus investimentos e taxas de retorno compatíveis do mercado;
  - 8.10. Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;
  - 8.11. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 8.12. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;
  - 8.13. Manter em pleno funcionamento todos os equipamentos sob a sua responsabilidade, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, demissão ou qualquer outro motivo;
  - 8.14. Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com a atividade explorada;
  - 8.15. Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição;



- 
- 8.16. Manter vigilância armada durante o horário de funcionamento do expediente bancário, sem custos ao Município;
  - 8.17. Os serviços de limpeza do PAB são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
  - 8.18. Deverá ser oferecidas aos servidores municipais, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Administração, cestas de serviços gratuitas e/ou onerosas para opção dos mesmos.
  - 8.19. Para os servidores que receberão sua remuneração em conta exclusivamente salários, não será cobrada tarifa dos serviços.
  - 8.20. Realizar com recursos próprios todas as obrigações relacionadas com o objeto do contrato, de acordo com as especificações determinadas neste documento e previstas no Edital e seus anexos.
  - 8.21. Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.
  - 8.22. Manter, durante todo o período da execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 9.1. Deverá ser apresentado documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

## **10. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 10.1. O requisito para a habilitação da instituição financeira é a solidez financeira e patrimonial, comprovada mediante a apresentação do último balanço e demonstrações financeiras exigidas pela legislação de regência e do qual se possam extrair índices que comprovem a sua boa situação financeira, no caso os índices utilizados para medir a solvência bancária, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- 10.2. Análise de desempenho conforme os mecanismos adotados no Acordo de Basiléia e seus adendos, obedecidas às normativas do Banco Central do Brasil.

### **10.3. DA VIGÊNCIA:**



- 
- 10.4. O prazo de vigência contratual dar-se-á da data de sua assinatura até 60(sessenta) meses, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por mais 12 (doze) meses.
- 10.5. O TERMO DE CONTRATO está sujeito à rescisão nos termos dos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações.

### **11. DAS APLICAÇÕES DE MULTA E DEFINIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:**

- 11.1. O atraso no pagamento do valor ofertado, nas condições estabelecidas no Edital acarretará multa diária de 0,125%.
- 11.2. **ATRASO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, INSTALAÇÃO DO POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO (PAB) E/OU DA AGÊNCIA BANCÁRIA:**
- 11.2.1. Ultrapassados os prazos para o início dos serviços e de início das atividades relacionadas à instalação do Posto Bancário acarretará em multa estipulada neste Projeto Básico.

### **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 12.1. A oscilação do número de servidores, causados por admissões, demissões, licenças, etc. não alterará qualquer condição do edital, nem sujeitará qualquer das partes ao pagamento de indenização ou de outra penalidade.
- 12.2. O Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, não assume qualquer responsabilidade pelos compromissos assumidos por seus servidores;
- 12.3. É vedada a subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação;
- 12.4. Não haverá qualquer solidariedade entre o Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe e a CONTRATADA, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, cabendo a ele assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia;
- 12.5. Será concedido à Instituição Bancária vencedora do certame o direito de disponibilizar aos servidores da Administração, empréstimos, sem exclusividade, mediante consignação das parcelas em folha de pagamento.
- 12.6. As taxas de juros praticadas para os empréstimos em consignação não poderão ser superiores à taxa média de juros praticadas no mercado bancário, para operações semelhantes.



- 
- 12.7. Toda estrutura e adequações destinadas à instalação dos postos de atendimento bancário ou caixas eletrônicos correrão por conta e sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a submeter à prévia aprovação do Município, os projetos de adequação das áreas. Após aprovação, a CONTRATADA deverá entregar ao Município os originais do Projeto.
  - 12.8. A qualquer tempo, e a seu exclusivo critério, poderá o Município modificar ou revogar a permissão de uso dos espaços públicos ocupados pela CONTRATADA com o posto de atendimento bancário e caixas eletrônicos, não cabendo à mesma indenização a qualquer título. Poderá o Município, ainda, determinar que a CONTRATADA realize, às suas expensas, a transferência do(s) equipamento(s) já instalado(s) para outro local, a ser definido pelo Município, na hipótese em que se fizer necessária e justificada essa transferência.
  - 12.9. A CONTRATADA não poderá reclamar do Município o pagamento de quaisquer benfeitorias realizada quando da instalação dos postos de atendimento bancário e caixas eletrônicos ou em outras oportunidades. As benfeitorias realizadas passarão a integrar o patrimônio do Município, independentemente de qualquer indenização à CONTRATADA, com exceção dos equipamentos móveis, que ao final do contrato deverão ser removidos pela CONTRATADA, às suas expensas.
  - 12.10. Não será permitida nenhuma atividade distinta ou estranha ao objeto do contrato no local destinado ao funcionamento do posto de atendimento bancário ou dos caixas eletrônicos, sendo vedadas as suas cessões ou transferências sem autorização do Município.
  - 12.11. O Município não realizará o pagamento dos servidores municipais por intermédio da CONTRATADA enquanto não concluídas as instalações do posto de atendimento e/ou caixas eletrônicos, a abertura de todas as contas e a entrega dos produtos/serviços previstos neste Projeto Básico a todos os servidores municipais.
  - 12.12. Ficam a cargo da CONTRATADA os serviços de reforma, remodelação e instalação física do posto de atendimento e caixas eletrônicos, os quais deverão respeitar as normas referentes a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.
  - 12.13. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não cobrará tarifas/taxas bancárias sobre as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas, durante a vigência do contrato, bem como de que o pagamento dos



MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

---

servidores não implicará em qualquer custo, inclusive na expedição de ordem de pagamento avulsa, para o Município.

- 12.14. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital de licitação, da qual este projeto básico é parte integrante, bem como os valores inferiores ao previsto no item 5.1.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 03 de novembro de 2022.

**WILTON SANTOS LEMOS**  
Diretor Administrativo

**APROVO:**

**VERA LÚCIA DE OLIVEIRA**  
Secretaria Municipal de Administração



---

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2022/PMNSS/PMNSS**

\_\_\_\_\_ (Razão Social da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº \_\_\_\_\_ da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, declara que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº **40/2022/PMNSS/PMNSS**

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal ou procurador do licitante)

**Observação:**

**a) a Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa;**



### **ANEXO III**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

##### **Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N. 40/2022/PMNS/PMNS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal \_\_\_\_\_, declara sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no processo licitatório. Declara-se idônea para licitar e contratar com o Poder Público e não se encontra suspensa do direito de licitar ou contratar com as Administrações Federais, Estaduais ou Municipais, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_ (assinatura/carimbo) \_\_



---

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2022/PMNSS/PMNSS**

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz - SIM ( )  
NÃO ( )

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
(carimbo e assinatura do responsável legal)

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).**

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



---

## ANEXO V

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**Referência: Edital de Pregão Eletrônico n.º 40/2022/PMNSS**

**Objeto:** \_\_\_\_\_

Senhor Pregoeiro,

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, para a prestação de serviços, conforme estabelecido no Anexo I – Projeto Básico do Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2022/PMNSS.

<b>I t e m</b>	<b>Especificações</b>	<b>Unid</b>	<b>Valor</b>
1	<b>Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões dos servidores e outros serviços desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I – Projeto Básico.</b>	SERV.	R\$ XXXXXX

Validade da Proposta:

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



## ANEXO VI

### MINUTA DE CONTRATO

**Contrato que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, do outro, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 40/2022/PMNSS/PMNSS.**

**O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**, por intermédio de sua **Prefeitura**, inscrita no CNPJ sob nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/nº - Centro Administrativo José do Prado Franco Sobrinho, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. **INALDO LUÍS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município, inscrito no CNPF/MF sob nº XXXXXXXX e portador do R. G. nº XXXXXX, e a **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, CNPJ - MF sob o nº 03.598.106/0001-27, neste ato representado por seu Superintendente BRUNO HENRIQUE SANTANA REZENDE, CPF Nº XXX.XXXX.XXX-XX, R.G nº XXXXXXXXXXXX; **Secretaria Municipal da Assistência Social - SEMAS**, através do **Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, neste ato representado pela Secretária Municipal da Assistência Social, MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS, CPF Nº XXX.XXXX.XXX-XX, R.G nº XXXXXXXXXXXX; **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-49, neste ato representado pela Secretária Municipal da Educação JOSEVANDA MENDONÇA FRANCO, CPF Nº XXX.XXXX.XXX-XX, R.G nº XXXXXXXXXXXX; **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento Básico - SEMUSA**, através do **Fundo Municipal da Saúde - FMS**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.113.056/0001-39, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde e do Saneamento Básico, ENOCK LUIZ RIBEIRO DA SILVA, CPF Nº XXX.XXXX.XXX-XX, R.G nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominados **CONTRATANTE**, e do outro lado, a \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico nº 40/2022/PMNSS/PMNSS/NS SOCORRO, têm entre si, ajustado o presente contrato com amparo na Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações, e Decretos Municipais nº nºs 509/2007, 17.350/2018 e 19.768/2020 e Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

#### **CLÁUSULA I – DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93)**

**1.1.** O presente instrumento tem por objeto a **Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões dos servidores e outros serviços desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I – Projeto Básico.**

**1.2.** Os serviços serão executados em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observados integralmente o Edital e seus anexos e a proposta elaborada pela CONTRATADA, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.



---

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93)**

**2.1.** A forma de execução deste instrumento é indireta, sob o regime por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).**

**3.1.** A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX) do valor ofertado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura do contrato, em parcela única, mediante ordem bancária creditada em conta do Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, a ser indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**3.2.** O valor ofertado deverá ser líquido, não cabendo a CONTRATADA a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

**CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93)**

**4.1.** Os preços dos serviços, objeto do Contrato, serão irrealizáveis

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)**

**5.1.** O prazo de vigência contratual dar-se-á da data de sua assinatura até 60(sessenta) meses, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93)**

**6.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**6.1.1.** Definir conjuntamente com a CONTRATANTE o horário de funcionamento do PAB instalado no Centro Administrativo de acordo com as necessidades do Município.

**6.1.2.** Abrir e manter, sem ônus para a CONTRATANTE, a denominada conta salário para os servidores ativos, do Município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário), para efeito de recepção de depósito de salários, subsídios e valores dos créditos informados pela CONTRATANTE em relatórios de folha de pagamento, sendo facultado, a critério do servidor, a conversão da conta salário em conta corrente.

**6.1.3.** Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em conformidade com as informações repassadas pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.

**6.1.4.** A CONTRATADA terá o prazo de 30(trinta) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviços para fazer a instalação de 01 (um) PAB (Posto de Atendimento Bancário) e, no mínimo, 02 (dois) Terminais de Autoatendimento aptos a realizar todas as operações bancárias tais como saques, pagamentos, dentre outros, no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado a Rua Antônio Valadão, S/N, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE.

**6.1.5.** A CONTRATADA deverá manter funcionários suficientes para atender a demanda dos servidores, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.

**6.1.6.** A Contratada deverá manter em funcionamento, em até 60 (sessenta) dias contados da Ordem de Serviços, no mínimo 01 (uma) Agência bancária com estrutura compatível às demandas dos serviços, na área comercial do Conjunto João Alves Filho, localizado no Município



de Nossa Senhora do Socorro. A área para instalação da Agência será de responsabilidade da vencedora.

**6.1.7.** Para a implantação do PAB, da Agência Bancária e dos Terminais de autoatendimento deverão ser observadas as normas de acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais.

**6.1.8.** Para possibilitar a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, a CONTRATADA receberá do Município, mediante permissão não onerosa de espaço público, para instalação do PAB (Posto de Atendimento Bancário), uma área localizada no Centro Administrativo José do Prado Franco, situado a Rua Antônio Valadão, S/N, Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE.

**6.1.9.** Isentar de cobrança de tarifas bancárias todas as contas mantidas pelo Município, seus órgãos, fundos e convênios, bem como as suas movimentações, durante a vigência do contrato, inclusive sobre ordens de pagamento avulsas e demais movimentações pertinentes a folha de pagamento.

**6.1.10.** A instituição financeira CONTRATADA deve assegurar a faculdade de transferência (PORTABILIDADE), com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas, em conformidade com o artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central;

**6.1.11.** Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como às normas e legislações alusivas às Instituições Financeiras, além de atender à Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente;

**6.1.12.** A instituição financeira deverá ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, sendo que no caso de incompatibilidade, todas as despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da CONTRATADA;

**6.1.13.** A instituição bancária deve se aprimorar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos servidores municipais e manter uma assessoria especializada em análises confiáveis de seus investimentos e taxas de retorno compatíveis do mercado;

**6.1.14.** Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

**6.1.15.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.16.** Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;

**6.1.17.** Manter em pleno funcionamento todos os equipamentos sob a sua responsabilidade, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, demissão ou qualquer outro motivo;

**6.1.18.** Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com a atividade explorada;

**6.1.19.** Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição;

**6.1.20.** Manter vigilância armada durante o horário de funcionamento do expediente bancário, sem custos ao Município;

**6.1.21.** Os serviços de limpeza do PAB são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

**6.1.22.** Deverá ser oferecidas aos servidores municipais, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Administração, cestas de serviços gratuitas e/ou onerosas para opção dos mesmos.

**6.1.23.** Para os servidores que receberão sua remuneração em conta exclusivamente salários, não será cobrada tarifa dos serviços.

**6.1.24.** Realizar com recursos próprios todas as obrigações relacionadas com o objeto do contrato, de acordo com as especificações determinadas neste documento e previstas no Edital e seus anexos.



**6.1.25.** Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.

**6.1.26.** Manter, durante todo o período da execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **6.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.2.1.** Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus servidores ativos na instituição financeira CONTRATADA;

**6.2.2.** Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários, por ocasião da solicitação de empréstimos;

**6.2.3.** Enviar mensalmente por meio eletrônico, com 01 (um) dia de antecedência da efetivação do crédito na conta dos servidores, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos e as transferências nas contas indicadas;

**6.2.4.** A Secretaria Municipal da Fazenda do Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros, com antecedência mínima de 01 (um) dia.

**6.2.5.** Transferir para conta corrente indicada pela instituição financeira CONTRATADA, no mês seguinte ao da assinatura do contrato, todos os recursos financeiros e administrativos necessários para que seja efetuada a folha de pagamento dos servidores;

**6.2.6.** Disponibilizar espaço físico, para a CONTRATADA instalar um posto de serviço e no mínimo 02 (dois) terminais para atendimento eletrônico nas dependências do Centro Administrativo, mediante permissão de uso, sem qualquer ônus (relativo à utilização do espaço em si) para a CONTRATADA;

**6.2.7.** Disponibilizar a pirâmide salarial dos servidores;

**6.2.8.** Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda a sua extensão.

**6.2.9.** Definir conjuntamente com a CONTRATADA o horário de funcionamento do Posto de Atendimento instalado no Centro Administrativo de acordo com as necessidades do Município.

## **CLÁUSULA SETIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES (Art. 55, inciso VII, da Lei nº**

### **8.666/93)**

**7.1.** Ao atraso no cumprimento de qualquer obrigação assumida, será aplicada multa de 01% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, e em caso de descumprimento de cada um dos prazos parciais previstos no cronograma físico-financeiro, e desde que a motivo do atraso tenha sido por culpa exclusiva da Contratada, salvo se a justificativa do atraso for aceita pela fiscalização da Contratante. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos será considerado como inexecução total do contrato.

**7.2.** A multa prevista no item anterior será deduzida dos pagamentos a serem efetuados à Contratada, sendo restituída na hipótese de ocorrer a recuperação dos atrasos verificados.

**7.2.** Caberá, ainda, a aplicação dessa multa nos seguintes casos:

**7.2.1.** Não executar as obras de acordo com o projeto, especificação e normas técnicas vigentes;

**7.2.2.** Dificultar os trabalhos de fiscalização dos mesmos;

**7.2.3.** Por transferência de Contrato, a Contratada fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor deste Termo se o transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante.

**7.3.** Serão considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega da obra contratada decorrer de:

**7.3.1.** Período excepcional de chuva;



**7.3.2.** Ordem escrita para paralisar ou restringir a execução dos trabalhos, de interesse da Contratante;

**7.3.3.** Falta de elemento técnico, quando o fornecimento deles couber à Contratante.

**7.4.** No caso de ficar comprovada a existência de irregularidades ou ocorrer inadimplemento contratual que possa ser responsabilizada a Contratada, e, ainda, em caso de inexecução, total ou parcial, do contrato, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

**7.4.1.** Advertência;

**7.4.2.** Multa de 1,0% (um virgula zero por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado na obra;

**7.4.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

**7.4.4.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**7.4.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**7.4.6.** Nas mesmas penalidades incorrerá o adjudicatário que não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, conforme estabelece o art. 64 da Lei nº. 8.666/93. O valor da multa, neste caso, será de 10% (dez por cento) do valor adjudicado.

**7.4.7.** A inexecução total ou parcial das obras objeto desta Licitação ensejará sua rescisão, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93)**

**8.1.** A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

**8.2.** Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93)**

**9.1.** Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).**

**10.1** Compete a ambas as partes de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores e em outras disposições legais pertinentes, realizar, mediante Termo Aditivo e/ou Termo de Re-Ratificação, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

**10.2.** A critério do **CONTRATANTE** e em função das necessidades dos serviços, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato.

**10.3.** A Administração poderá cancelar o serviço, em decorrência do Pregão Eletrônico e rescindir o correspondente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:

**a)** for requerida ou decretada a falência ou liquidação da **CONTRATADA**, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;



Governo Municipal  
**NOSSA SENHORA DO SOCORRO**  
Sergipe

**b)** a Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;

**c)** em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

**10.4.** Em caso de concordata, o Contrato poderá ser mantido, se a **CONTRATADA** oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).**

**11.1.** Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 fica designado o servidor \_\_\_\_\_ - CPF nº. \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_ deste Órgão, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

**11.2.** À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

**11.3.** A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**11.4.** Correrão por conta da Contratada os tributos incidentes sobre as faturas a serem pagas, assim como as contribuições devidas ao INSS, bem como serão de sua exclusiva responsabilidade as obrigações ou encargos trabalhistas, da Previdência Social, de seguros com referência ao pessoal empregado, contratado ou que prestar qualquer serviço ou fiscalização dos serviços decorrentes deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

**12.1.** As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**12.2.** E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

O Município de Nossa Senhora do Socorro  
**Contratante**

(EMPRESA VENCEDORA)  
**Contratada**

XXXXXXXXXXXXXXXXX  
Prefeito Municipal

(NOME DO RESP LEGAL)  
(CARGO/FUNÇÃO)

TESTEMUNHAS:

I - \_\_\_\_\_

II - \_\_\_\_\_